



Assembleia Municipal de Odivelas

ATA nº 12/2015

## ATA DA 9ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2015 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Aos **dezoito** dias do mês de **junho** do ano **dois mil e quinze**, pelas **vinte horas e trinta minutos** reuniu a Assembleia Municipal de Odivelas, em **9ª Sessão Extraordinária**, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, sob a Presidência de Miguel Filipe Pardal Cabrita, como Presidente, António Fonseca e Deolinda Martins, como 1º e 2ª Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

### I - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

### II - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

### III - PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

**PONTO 1 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E SEU REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS-----**

**PONTO 2 - PROPOSTA: -----**

A) PROGRAMA DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA (AAAF) NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR - ANO LETIVO 2015/2016; -----

B) MINUTAS DOS ACORDOS DE COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO, BIPARTIDOS E TRIPARTIDOS, A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ODIVELAS E AS ENTIDADES PARCEIRAS DAS AAAF. -----

**PONTO 3 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ACIONAMENTO DE RESERVA DE RECRUTAMENTO, COM VISTA À CONTRATAÇÃO DE 5 ASSISTENTES OPERACIONAIS, CONSTITUÍDA EM RESULTADO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, PARA OCUPAÇÃO DE 19 POSTOS DE TRABALHO NA CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL, PARA A DIVISÃO DE EDUCAÇÃO -----**

**PONTO 4 – PROJETO DE REGULAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DOM DINIS E PÓLOS-----**



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições: -----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal **Rui Cabral**, pelo membro **Alcina Trindade**;-----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal **Edgar Valles**, pelo membro **Carlos Barreto**;-----

Na bancada do **PS**, a Presidente da União de Freguesia Pontinha/Famões, **Corália Rodrigues**, pelo seu substituto legal **António Rodrigues**-----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal **António Ramos**, pelo membro **João António**;-----

Na bancada do **BE**, o Membro da Assembleia Municipal **José Falcão**, pelo membro **Patrícia Barreira**;-----

Na bancada do **PSD**, o Membro da Assembleia Municipal **Pedro Roberto**, pelo membro **Pedro Martins**;-----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal **Lidia Mateus**, pelo membro **Raquel Rodrigues**;-----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal **António Pedro**, pelo membro **Cristina Azedo**;-----

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença dos **37** Membros da Assembleia Municipal.-----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, pelo **Senhor Vice Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins e os Senhores Vereadores que compõem o executivo camarário**, tendo-se registado as presenças dos Srs Vereadores Fernanda Franchi, Mónica Vilarinho e Paulo Cesar Teixeira, pela bancada do **PS**. -----

Havendo quórum, o **Sr Presidente da Assembleia** deu início ao **PERÍODO DE INTERVENÇÃO PÚBLICO**.--

O Sr Presidente da Assembleia informou todos os presentes que se registou **três** inscrições. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures and initials]*

Foi chamada para intervir a Sr<sup>a</sup> *Maria Bela Vidal*, que fez referência a alteração da linha água na freguesia Pontinha/Famões.-----

Foi chamada para intervir a Sr<sup>a</sup> *Rosa Maria da Silva*, que fez referência ao perigo de derrocada no prédio nº9, da Rua Padre João Pinto, em Odivelas.-----

Foi chamado para intervir o Sr *Belarmino Ferreira*, que fez referência à reparação do Parque Infantil da Praceta General Humberto Delgado, na Ramada.-----

Pelo **Sr Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao Sr Vice Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos que tiver por convenientes, que seguidamente se transcrevem:-----

*"Dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente, e em resposta à questão colocada pela munícipe Rosa Garra, deixou claro que a Munícipe esteve presente na Reunião de Câmara realizada no dia anterior, tendo a sua exposição merecido a melhor atenção, sublinhando uma vez mais que a Camara Municipal está a efetuar todas as diligências ao seu alcance, para a resolução da situação. -----*

*Quanto à questão do Parque Infantil trazida pelo munícipe Belarmino Ferreira, e partindo-se do princípio que o problema está relacionado com o ruído existente na zona do parque, o Sr. Vice-Presidente esclareceu que a Câmara Municipal não tem competência nesta matéria, ilustrando com exemplos de outros casos semelhantes, e informando tratar-se de uma situação geral no concelho para além do vandalismo e dos roubos. Informou, ainda, estarem a ser realizadas algumas intervenções em parques infantis, nomeadamente na união das Freguesias Ramada-Caneças. -----*

*Concluindo o Sr. Vice-Presidente afirmou que sendo uma questão de segurança pública, a Câmara Municipal poderá sensibilizar a PSP para passar mais vezes no local, bem como outras entidades competentes de forma a zelar pelo bem-estar e sossego dos moradores. Comprometeu-se ainda em visitar o parque e avaliar a situação com um técnico do departamento de obras da Camara Municipal de Odivelas." -*

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**. -----

No âmbito do **Período Antes da Ordem do Dia**, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

**Luis Salmonete**, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----



Assembleia Municipal de Odivelas

-----  
"A Direção-Geral das Autarquias Locais levou a efeito no passado dia 29 de maio (Dia Mundial da Energia), no seu Auditório em Lisboa, um Seminário sobre «Administração Local e Energia». O painel de oradores foi constituído:-----

- Engenheiro Carlos Almeida (Diretor-Geral da Energia e Geologia); -----
- Engenheiro Nuno Ribeiro da Silva (Administrador da Endesa), Presidente do Conselho Estratégico para o Ambiente da AIP (Associação Industrial Portuguesa). -----
- Professor Doutor Joaquim Borges Gouveia, Presidente da RNAE – Rede Nacional de Agências de Energia, Diretor do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro e membro do Conselho Científico da Universidade de Aveiro.-----

Trata-se de um domínio considerado estratégico para o futuro dos territórios, para a qualidade de vida dos seus habitantes e para um desenvolvimento harmonioso e sustentável.-----

O objetivo do seminário foi o partilhar de experiências diferentes e foi dirigido principalmente para o universo autárquico.-----

A minha intervenção tem como objetivo de trazer a esta assembleia algumas considerações proferidas neste Seminário, já que estive lá em representação do senhor presidente da Assembleia Municipal.-----

Muito sinteticamente:-----

- Engenheiro Carlos Almeida (Diretor-Geral da Energia e Geologia).-----
- O consumo de energia entre 2004 e 2014 aumentou na Madeira cerca de 30%.-----
- No continente e Açores cerca de 20%.-----
- Referiu que relativamente às metas traçadas até 2020 a intenção do governo é reduzir o consumo em 20%, sendo que no estado, ou seja, nos organismos do estado essa redução será de 30%.-----
- A título de exemplo a redução da iluminação pública será de 3,1%.-----
- Os municípios deverão ter em atenção a redução dos seus consumos, em áreas como:-----
- Iluminação pública;-----
- Infraestruturas;-----
- Semáforos;-----
- Iluminação de monumentos (que tem pouco a ver com Odivelas);-----
- Habitação Social.-----

- Engenheiro Nuno Ribeiro da Silva (Administrador da Endesa).-----

Referiu a importância do segmento elétrico (eletricidade) em todo o setor energético que se situa atualmente em 23%.-----

O restante é o Carvão, Gás e Lenha, não falando nas energias renováveis ou limpas.-----

O país tem uma grande dependência em energia e há que repensar e ajustar a novas realidades. Atualmente o país depende muito do Carvão, Ciclo combinado do Gás e Hídrica.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
*Dr.*

*Segundo o senhor administrador da ENDESA há quer avançar para uma segunda revolução Industrial em termos de energia, não só em termos de combustíveis mas igualmente em termos de equipamentos utilizados e na manutenção desses equipamentos.*-----

*Há que aprofundar a componente da energia Solar, até porque tem havido uma descida no preço das baterias. Algumas grandes empresas estão a aproveitar este facto.*-----

*Verifica-se que o mercado está saturado em termos de aparelhos elétricos: frigoríficos, micro-ondas, máquinas de lavar roupa e loiça. Prevê-se que o consumo de energia em 2015 seja igual ao consumo de 2005 pelo que se deduz haver aqui algum ganho de eficiência.*-----

*A população está mais sensível ao consumo energia. Basta olhar para a fatura da eletricidade e compreende-se porquê.*-----

*Mencionou igualmente a importância que há na reabilitação dos edifícios e habitações em termos de eficiência energética.*-----

*- Professor Doutor Joaquim Borges Gouveia, Presidente da RNAE – Rede Nacional de Agências de Energia.*-

*Mencionou a importância do olhar da oferta para a procura.*-----

*Desenvolver as fontes de energia a partir da procura.*-----

*Pôr o Poder Local a olhar para a energia através da criação de Agências de Energia e estes projetos poderão ser projetos intermunicipais a exemplo do que já acontece com alguns municípios na Área Metropolitana de Lisboa.*-----

*As grandes empresas consumidoras de energia estão a reformular os seus circuitos e a desenvolver meios autónomos de criação de energia.*-----

*E um conceito que deve ser aplicado que é o de só se deve produzir quando se consome.*-----

*O tema da Energia tem de ser visto de uma forma Global e Local e ter em conta várias áreas tais como:*-----

*- Ambiente;*-----

*- Recursos Naturais;*-----

*- Planeamento;*-----

*- Inovação;*-----

*- Competitividade;*-----

*- Sustentabilidade e eficiência energética.*-----

*Realçou a importância de políticas de energia locais, não só relativas ao consumo dos seus equipamentos mas igualmente com campanhas de sensibilização nas Escolas e junto das famílias.*-----

*Duas últimas notas, a primeira para as Agências de Energia. As agências de energia são simultaneamente parte integrante das políticas dos Municípios, tanto na procura de soluções energeticamente mais eficientes para os seus serviços e sistemas, como no auxílio à definição de políticas locais de sustentabilidade. Este papel implica uma estratégia de longo prazo, de trabalho em rede com as autarquias e restantes atores*



Assembleia Municipal de Odivelas

locais, de modo a transportar para o território as experiências adquiridas entre parceiros locais, nacionais e internacionais.-----

A segunda nota foi uma sugestão feita no seminário por um dos oradores, que considero bastante interessante - Porque não a criação em Odivelas de um Gestor Municipal de Energia?."-----

-----  
**Carlos Lopes**, da bancada do **PS**, apresentou um **Voto de Congratulação** sobre "**Condecoração de Nelson Évora com o Grau de Grã Cruz da Ordem do Infante D. Henrique**", (documento nº 1)", que seguidamente se transcreve:-----

-----  
"No passado dia 27 de Maio, decorreu no antigo edifício do Museu dos Coches uma cerimónia de homenagem ao desporto nacional. -----

Neste evento promovido pelo Presidente da República, foram condecorados atletas olímpicos e paralímpicos e os seus comités. -----

Desta cerimónia, destaca-se Nelson Évora, condecorado com o grau de Grã Cruz da Ordem do Infante D. Henrique, resultado dos seus feitos desportivos obtidos ao longo da sua carreira. Esta distinção honorífica destina-se a realçar quem houver prestado serviços relevantes a Portugal, no País e no estrangeiro e serviços na expansão da cultura portuguesa ou para conhecimento de Portugal, da sua História e dos seus valores; -----

De recordar, Odivelas foi a cidade da sua residência quando chegou a Portugal com 5 anos e onde o seu desenvolvimento desportivo teve início pela mão do treinador de sempre, João Ganso. -----

Ainda em idade infantil, nas instalações desportivas da Escola Secundária da Ramada, inicia os treinos de atletismo. Aos 10 anos ingressa no Odivelas Futebol Clube como benjamim na modalidade de salto em altura e evolui no salto em comprimento e triplo salto. Desde cedo atinge patamares internacionais, tornando-se mais tarde, num atleta de alto nível internacional, devido à capacidade desportiva e vitórias que foi somando.

A última modalidade de atletismo é a mais medalhada, destacando-se o Ouro olímpico nos Jogos de Pequim em 2008 e a obtenção do título de campeão do mundo em 2007. A última medalha, o Ouro no Campeonato Europeu de Atletismo em Pista Coberta de 2015, em Praga.-----

Actualmente, pertence à equipa de atletismo do Sport Lisboa e Benfica e com frequência representa Portugal em várias provas internacionais. Aos 18 anos naturalizou-se português! -----

-----  
Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida na 9ª Sessão Extraordinária de 2015, delibera aprovar o seguinte: -----

1. Congratular Nelson Évora pela condecoração com o grau de Grã Cruz da Ordem do Infante D. Henrique, atribuída pelo Presidente da Republica; -----



Assembleia Municipal de Odivelas

2. *Congratular Nelson Évora pela sua carreira desportiva e contributos que tem dado na divulgação do desporto à Comunidade.*-----

Pela bancada do **BE**, foi apresentada uma **Moção** sobre **"Escola Pública não tem Militares"** (documento nº 2), que seguidamente se transcreve:-----

*"Considerando que:*-----

1. *A 11 de junho, o Conselho de Ministros aprovou um conjunto de alterações legislativas que permitem o recrutamento de elementos das Forças Armadas na reserva para fazer vigilância nas zonas escolares;*-----
2. *Esta decisão inaudita viola toda a cultura da escola pública e republicana, não se conhecendo um único país democrático onde a presença de militares na escola seja uma política;*-----
3. *O programa Escola Segura existe especificamente para as escolas, em parceria com a PSP, no qual as forças de segurança são chamadas a intervir no interior da escola apenas em casos extremos de necessidade;*-----
4. *O que Ministério da Educação e Ciência (MEC) se prepara-se para instituir uma cultura de autoridade militar dentro do espaço escolar devido à insegurança criada pela redução drástica de pessoal auxiliar preparado para as suas funções;*-----
5. *A escola pública tem carência de profissionais qualificados para trabalhar com os alunos, sejam auxiliares professores ou psicólogos e que esses mesmos profissionais têm visto as suas condições de trabalho serem degradadas por políticas do MEC;*-----
6. *Muitos dos acontecimentos classificados como violência escolar devem-se precisamente à falta desses profissionais, o que não permite um acompanhamento adequado dos alunos nos recreios e tem levado ao aumento do número de alunos por turma, por exemplo;*-----

*A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 18 de junho de 2015, delibera:*-----

1. *Condenar veementemente a solução aprovada pelo Conselho de Ministros de colocar militares a fazer vigilância em recintos escolares;*-----
2. *Exigir ao Governo que revogue as alterações aprovadas, mantendo a responsabilidade de vigilância e acompanhamento do espaço escolar debaixo da responsabilidade de profissionais habilitados para o efeito, como são os professores e auxiliares;*-----



Assembleia Municipal de Odivelas

3. *Apelar ao Governo que capacite as escolas de profissionais em quantidade adequada, com formação necessária e com as condições de trabalho devidas a qualquer trabalhador.*-----

Pela bancada da CDU, foi apresentada uma **Proposta de Recomendação** sobre **"Revisão do Regulamento de Espaços Verdes, Parques e Jardins"**, (documento nº 3)", que seguidamente se transcreve:-----

*"Tendo em conta que:*-----

*A 1.ª Revisão do Regulamento de Espaços Verdes, Parques e Jardins Municipais, de 2010, carece ainda de uma maior e abrangente definição em matéria de princípios e de regras que assegurem uma correta utilização dos parques e espaços verdes municipais, sobretudo, no que concerne ao parque sob gestão municipal – pinhal da paiã, pelos munícipes e utentes, bem como da sua preservação e conservação.*-----

*Considerando que:*-----

- A. Num Município caraterizado por uma densa malha urbana, o Pinhal da Paiã, que se encontra sob gestão municipal, reúne condições e características singulares que o tornam num espaço privilegiado de descompressão, lazer e prática desportiva informal, impondo um zelo redobrado na sua preservação e conservação;*-----
- B. Compete à Câmara Municipal de Odivelas zelar pela preservação e conservação dos Espaços Verdes Municipais e do Pinhal da Paiã, que se encontra sob a sua gestão. No Pinhal da Paiã, o que foi objecto de concessão à empresa Adventure Park, em 2011, foi apenas a exploração do parque de arborismo;*-----
- C. Ao longo dos últimos anos, tem-se registado algumas situações anómalas, uma limpeza/manutenção/fiscalização deficitária do espaço e a aplicação de normas de utilização do próprio Pinhal da Paiã que não têm qualquer tradução ou inscrição no atual Regulamento de Espaços Verdes, Parques e Jardins Municipais ou que, então, carecem de uma nova discussão pública, nomeadamente o pagamento de uma caução no ato da utilização das mesas, o horário de funcionamento em vigor, a política de reservas, as competências da empresa Adventure Park em matéria de autorizações, a entrada, circulação e estacionamento de viaturas;*-----

*A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em 18 de junho de 2015, delibera recomendar à Presidente da Câmara Municipal de Odivelas que:*-----

- 1. Considere a conservação e proteção do Pinhal da Paiã como uma ação prioritária ao nível da defesa da qualidade de vida dos cidadãos e do equilíbrio ecológico e ambiental concelhio;*-----



Assembleia Municipal de Odivelas

2. *Instrua os serviços para apresentação de um relatório sobre a gestão municipal do Pinhal da Paiã, desde a cedência de utilização a título precário do espaço por parte do Governo Civil em 2008 até a atualidade, e para correção imediata dos problemas identificados em matéria de limpeza e fiscalização do espaço;*-----
3. *Tome as diligências necessárias no sentido da concretização, com a maior brevidade possível, de uma nova revisão do Regulamento de Espaços Verdes, Parques e Jardins Municipais, que enquadre convenientemente a utilização pelos munícipes e utentes e a defesa das espécies arbóreas e outras espécies vegetais e animais do Pinhal da Paiã.*-----

-----  
-----  
Presidente de Junta de Freguesia de Odivelas, **Nuno Gaudêncio**, pela bancada do **PS**, apresentou um **Voto de Protesto** sobre "**Encerramento do Instituto de Odivelas: um duro Golpe para os Odivelenses**", (documento nº 4)", que seguidamente se transcreve: -----

-----  
"Já estava anunciado o fim do Instituto de Odivelas. Mas havia ainda a esperança de que a decisão pudesse vir a ser reponderada. As movimentações da população e a firme oposição dos órgãos autárquicos do município e da freguesia de Odivelas foram constantes nestes últimos meses. -----

A Câmara Municipal de Odivelas, a Junta de Freguesia de Odivelas e a Associação das Antigas Alunas do IO desenvolveram um combate firme que teve expressão marcante com a realização de um cordão humano envolvendo a comunidade, vários quadrantes políticos e associações militares. -----

Porém, a irracionalidade persistiu e o dia 5 de junho passado, último dia de aulas no Instituto de Odivelas, constitui uma data que entristece os e as odivelenses. -----

Uma instituição secular, que tanto contribuiu para um ensino de qualidade, e que mereceu rasgados elogios por parte do Presidente da República e de outras altas entidades, não merecia uma decisão como a que foi tomada, através do Ministro da Defesa Nacional. -----

Assim a AMO, reunida a 18 de junho de 2015, aprova um voto de protesto repudiando veementemente a decisão tomada e manifesta a sua total solidariedade às alunas, pais, professores, antigas alunas e todos aqueles e aquelas que lutaram pela manutenção do IO."-----

-----  
-----  
Pelo **Sr Presidente da Assembleia**, foi colocada à votação a admissão para discussão dos documentos supra mencionados tendo sido **Aprovada por Unanimidade**. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

**José Pignatelli**, pela bancada do **CDS**, apresentou um Requerimento seguidamente se transcreve:-----

-----  
*"No passado dia 7 de Maio, no decurso da 7ª sessão extraordinária desta Assembleia Municipal referi-me a duas aquisições de prestação de serviços em regime de avença, ambas relacionadas com a atividade do pavilhão Multiusos, num total superior a 110.000 euros que se mencionavam na documentação respeitante à actividade e situação financeira do Município. O meu documento solicitava um conjunto de respostas que já me foram dadas e quase em tempo recorde o que sucede pela primeira vez.-----*

*No documento que recebi da Sra. Presidente da Câmara Municipal, fiquei a saber que a celebração do contrato realizado com a empresa Rebel Heart – Unipessoal, por 74.999,99 euros, que se estende até final de 2017, serve – passo a citar -, "para dinamização de modalidades desportivas nos ginásios do pavilhão (...), para a qual se pretende que se efectue as seguintes modalidades: aulas de grupo, aulas de Kick Boxing e Defesa Pessoal".-----*

*Ora levantam-se três outras dúvidas:-----*

- 1. É o Município de Odivelas a entidade que avoca estas práticas desportivas, portanto que inscreve e cobra as mensalidades e/ou as anuidades aos praticantes, substituindo-se a uma associação ou empresa?-----*
- 2. Se assim é, quais são os preços praticados por cada modalidade, bem como os respectivos calendários semanais das aulas?-----*
- 3. Que razão levou a Câmara Municipal a optar por esta modalidade em pagar directamente à entidade que ministra estas disciplinas desportivas, ao invés de propor precisamente o contrário: a empresa aluga os ginásios e lucra com as receitas provenientes das quotizações aos praticantes?-----*

*A outra avença, adjudicada à empresa Believe Positive, poderá afinal custar um máximo de 70.680 euros e não um total de 35.400 euros, dos quais mais de 33.500 euros serão pagos ainda este ano. E este ajuste não deixa de ser estranho já que o 'Objecto' descrito no caderno de encargos anuncia uma "prestação de serviço de assessoria na gestão e operacionalização de eventos no pavilhão Multiusos e na organização e produção de eventos da Divisão de Desenvolvimento Desportivo".-----*

*E aqui mais duas interrogações:-----*

- 1. A equipa que faz a gestão do Multiusos não tem capacidade em promover o equipamento junto da comunidade empresarial mais interessada em utilizar este tipo de infraestruturas?-----*
- 2. E os técnicos da Divisão de Desenvolvimento Desportivo do município não têm competências para realizar os eventos que eles próprios propõem e organizam?-----*

*Fico perplexo com o modo como esta Câmara Municipal julga a competência dos seus funcionários, chamando a si, frequentemente, prestadores de serviços, muitos deles a cobrarem valores demasiado elevados para aquilo que fazem. Ficarei atento ao desempenho destas empresas.-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*Este requerimento é cometido ao abrigo do disposto no art.º 4º e ademais articulado, plasmados no Estatuto do Direito de Oposição, que subsidiariamente se aplica às Autarquias Locais.*-----

**Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**, proferiu a seguinte intervenção:-----

*"O Sr. Vice-Presidente, na sua intervenção sobre o Parque Infantil da Praceta Humberto Delgado, na Ramada, proferiu uma afirmação que me foi dirigida e me recuso a aceitar, pela forma incorreta e pouco respeitadora dos direitos dos eleitos nesta Assembleia. Eu apenas fui à bancada do público, ao encontro do reclamante, para melhor perceber a sua razão."*-----

Pelo Sr Vice Presidente da Câmara Municipal foi solicitado ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal o uso da palavra para defesa da honra face intervenção do deputado municipal Armindo Fernandes, que seguidamente se transcreve:-----

*"Lamento ter de pedir a palavra nos termos em que o fez afirmando, "por mim quero encerrar este assunto aqui, e quero apenas lhe dizer, que todos nesta sala testemunharam o que se passou."*-----

**João Curvelo**, pela bancada do **BE**, solicitou um pedido de esclarecimento à CMO, relativo ao Bairro do Barruncho, no seguimento da resposta dada.-----

Presidente da União de Freguesias de Ramada/Caneças, **Ilídio Ferreira**, pela bancada da **CDU**, fez referência à intervenção do público sobre o parque infantil, dando alguns esclarecimentos sobre a questão apresentada.-----

**Tânia Beleza**, pela bancada do **PS**, apresentou uma declaração de voto que seguidamente se transcreve:-----

*"Foi publicada há alguns dias a 2ª. edição do ranking dos Municípios Portugueses, cujos resultados gostaria de partilhar. Este estudo é resultado de uma grande procura de informação, de modo a contribuir para o desenvolvimento económico e social dos Municípios e, consequentemente do País, é o resultado de vários meses de trabalho com recolha, processamento e sistematização de dados referentes aos cidadãos e aos Municípios. É uma importante fonte de informação e de grande relevância para as estratégias que os autarcas deverão ou poderão implementar, de modo a atrair mais riqueza para os seus Municípios."*-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*Para tal, foram consideradas variáveis relacionadas com 3 dimensões: Negócios, Visitar e Viver, sendo assim possível, de forma concreta e rigorosa, avaliar o desempenho e a eficácia dos diversos Municípios na captação de investidores, turistas e novos residentes.-----*

*Na dimensão Negócios, são analisados indicadores como o investimento, incentivos, atividade empresarial, número de empresas. Para a dimensão Viver, a qualidade de vida, a saúde e segurança, o talento.-----*

*Na dimensão Visitar: cultura & história, eventos, gastronomia, atividades de lazer, compras.-----*

*E em relação a Odivelas! o que nos diz esta 2ª. edição do ranking das autarquias?-----*

*No geral, consideradas as mencionadas 3 dimensões, Odivelas situa-se no lugar nº. 75, (septuagésimo quinto) mas atenção realça-se a subida em relação a 2013 de 54 lugares. Em Negócios ocupa o lugar nº. 34, uma subida de 7 lugares. Em Visitar ocupa o lugar nº. 243, uma subida de 49 lugares. Em Viver ocupa o lugar nº. 23, uma subida de 11 lugares.-----*

*Verifica-se assim que nesta dimensão, VIVER, Odivelas se situa nos lugares cimeiros, no TOP 25 Nacional, Odivelas é cada vez mais, um concelho bom para viver.-----*

*Estes resultados, são mais um exemplo do bom trabalho desempenhado por este executivo, ao qual se junta também, o galardão da European Bussiness Assembly (EBA), em Londres, como reconhecimento de cidade destino de excelência, em termos de atrativo de investimento económico, social e humano. E a Distinção, com o Prémio Inclusão e Literacia Digital que contemplou o Projeto "SEI Ser Cidadão Digital", como modelo de boas práticas. Entre outros prémios e projetos, a que este município, este executivo, a sua gestão, as suas políticas e estratégias têm enaltecido e disseminado este jovem Concelho. Por conseguinte, é com muito prazer e orgulho que felicitamos o executivo pelos lugares alcançados pelo Município de Odivelas."-----*

**António Monteiro**, pela bancada da **CDU**, questionou o executivo sobre as despesas mensais do pavilhão multiusos.-----

**Patrícia Barreira**, pela bancada do **BE**, proferiu uma declaração de voto referente ao documento nº 4.-----

**Lúcia Lemos**, pela bancada da **CDU**, questionou o executivo sobre as hortas urbanas.-----

**João Curvelo**, pela bancada do **BE**, apresentou um ponto de ordem e referiu que a moção apresentada será convertida com linguagem inclusiva.-----

**Eduarda Barros**, pela bancada do **PS**, apresentou uma declaração política que seguidamente se transcreve:-

*"Eram imensas as acusações à esquerda e à direita, que o PS não tinha propostas, não tinha alternativas. Afinal da direita não vem nada, ou seja, é mais do mesmo. E da dita esquerda pouco ou nada vem.-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*Foi por isso o PS, foi o primeiro partido a apresentar aos portugueses o seu projeto de governo para Portugal, na próxima legislatura, e a solicitar-lhes um voto de confiança para puder retirar Portugal do caos que este Governo o arrastou.-----*

*O programa PS parte da sua condição de partido europeísta, e como tal do respeito pelas regras de partido europeu.-----*

*Contas públicas sólidas, respeito pelos tratados orçamentais, políticas públicas sustentáveis, respeito pelos tratados subscritos por Portugal. Para este compromisso de Portugal com a Europa, enquanto membro de pleno direito, não é visto, como foi para este Governo de forma subserviente, nem como bom aluno.-----*

*O PS assume Portugal como um parceiro da Europa por inteiro. E como tal, com direito à crítica, à diferença, ao contraditório, sem perder, naturalmente o respeito pelos princípios. Desde Egas Moniz, que Portugal não gosta de andar de rastos.-----*

*Para não ser exaustiva, focaria apenas dois ou três aspetos do programa eleitoral do PS. -----*

*Comecemos pela economia e pelo emprego.-----*

*É urgente, é imperioso repor a economia de emprego no centro da política, porque só assim Portugal conseguirá ter uma política de crescimento, e para isso torna-se necessário devolver aos Portugueses de forma racional e sustentada o dinheiro que este Governo nos tirou. -----*

*É imperativo que os portugueses voltem a participar no consumo, é imperativo diminuir a pobreza. Só um país muito rico, se pode dar ao luxo de ter dois milhões de pobres, isto é, dois milhões de portugueses que não contribuem para o orçamento de Estado.-----*

*É prioritário retirar as seiscentas mil crianças que temos na pobreza, mesmo antes de qualquer política de natalidade, é imperativo criar políticas que façam regressar ao país os quatrocentos e oitenta mil emigrantes que este Governo convidou a sair. São todos, todos, pelo menos o maior número possível.-----*

*É imperioso devolver aos reformados e aos pensionistas a dignidade que lhes é devida, e que eles merecem, a quem dedicou uma vida de trabalho ao seu país.-----*

*Salientar ainda a cultura, a educação, o SNS, as políticas ambientais e o mar. Quando vemos o programa do PS, olhamos para outro paradigma, que quase esquecemos neste Governo: políticas inteligentes, cosmopolíticas, sustentáveis, que visam a inclusão, o desenvolvimento. Basta deixar o número de alunos com acesso à universidade na rua. É urgente retomar o ensino de adultos. É imperioso uma política cultural que traga valor acrescentado e que situe Portugal na linha da frente. É urgente que o SNS responda a todos, mesmo a todos os que dele necessitam. Mas sobretudo é urgente acabar com o medo. Retomar o investimento publico e privado, não queremos cofres cheios quando os portugueses têm os cofres vazios. Já vivemos isso 48 anos e não gostámos. Não queremos um país que use o futuro como arma de arremesso para evitar o presente.-----*

*Os portugueses estão fartos de estar divididos, velhos contra novos, funcionários públicos contra privados, aposentados contra trabalhadores no ativo.-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*É urgente repor a coesão nacional, a inclusão social, a solidariedade. É urgente potenciar uma sociedade economicamente mais sustentável e igual. A partir de outubro o PS terá esta imensa responsabilidade e os portugueses estarão seguramente com ele.*-----

-----  
**António Monteiro**, pela bancada da **CDU**, apresentou um pedido de esclarecimento à deputada Eduarda Barros.-----

-----  
**Eduarda Barros**, pela bancada do **PS**, esclareceu que fez um comentário à intervenção, não tendo prestado qualquer tipo de explicação.-----

-----  
Pelas 21h48m, foram interrompidos os trabalhos.-----

-----  
Pelas 22h20m, os trabalhos foram retomados.-----

-----  
Retomados os trabalhos usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

-----  
**Luis Salmonete**, pela bancada do **PSD**, apresentou uma declaração política que seguidamente se transcreve:-----

-----  
*“De forma recorrente, o Dr. António Costa refere a sua ação na Câmara Municipal de Lisboa como exemplo da sua ação governativa, procurando provocar a comparação com a ação do Governo do país. Importa ser sério e rigoroso nos exemplos para que se compare o que é comparável. E é aí que começam as fragilidades do Dr. António Costa. António Costa foi membro do Governo do anterior primeiro-ministro José Sócrates, aliás um membro com especial peso político. É, por isso é estranho que essa experiência e o resultado desse período não sejam enfatizados como os créditos a apresentar aos portugueses.*-----

*No entanto, embora estranho, não é surpreendente que António Costa evite utilizar o resultado da sua experiência governativa, procurando que os portugueses esqueçam as suas responsabilidades, primeiro enquanto membro do Governo, depois como número dois do partido socialista que conduziu o país à beira da bancarrota. Mas se António Costa pretende utilizar a sua experiência autárquica, nomeadamente, como tem insistido, no desempenho financeiro, então importa ser rigoroso. O atual candidato a primeiro-ministro tem afirmado recorrentemente que reduziu a dívida da câmara municipal em 40%. Ora, tal não corresponde à verdade.*-----

*E não é por repetir muitas vezes que este equívoco passa a corresponder à realidade.*-----

*Ora, para corresponder às afirmações do Dr. António Costa, vamo-nos concentrar precisamente nas dívidas. Consideramos as contas de 2007, as contas de 2014 e, complementarmente, o impacto do “Memorando de Entendimento” assinado pela Câmara com o Governo em 2012, relativo à transferência da titularidade dos*



Assembleia Municipal de Odivelas

terrenos do aeroporto, no qual está prevista a assunção da dívida do município pelo Governo no valor de 277 milhões de euros. Em 2014, o total da dívida era de 723,405 milhões de euros. Em 2007, a dívida totalizava 965,454 M€. Assim, a dívida do município em 2014 foi reduzida em 25,4%. Portanto, não é verdade que a dívida tenha sido reduzida em 40%. O referido Memorando de Entendimento correspondeu a uma circunstância absolutamente excecional e inesperada nas contas do município e que apenas se concretizou devido à disponibilidade do atual Governo. Fazendo o exercício de cálculo da dívida da CML em 2014 a dívida total seria de 1009,405 milhões de euros sem o acordo relativo aos terrenos do aeroporto. Sendo assim o feito do Dr. António Costa seria o de ter aumentado a dívida do município, durante a sua gestão, em 4,6%. Nas variações possíveis, nunca encontramos uma redução de 40%, nem mesmo com o contributo do atual Governo.”-----

-----  
**Eduarda Barros**, pela bancada do **PS**, fez referência à intervenção do deputado Luis Salmonete.-----

-----  
**Luis Salmonete**, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

-----  
“Na discussão de uma Petição que solicitou a alteração dos rácios de auxiliares de ação educativa nas escolas, o PSD saudou a Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas da Maia enquanto primeiros subscritores desta iniciativa. Recordamos que em Fevereiro deste ano, mais propriamente a 9 de Fevereiro, os peticionários trouxeram à reflexão a possibilidade de alteração da legislação que estabelece os rácios de auxiliares de ação educativa nas escolas. Mas em bom rigor, também o Governo estava atento e continua atento a essa matéria e, poucos dias depois, a 12 de Fevereiro, foi publicada uma nova Portaria que veio alterar a fórmula de cálculo do número de assistentes operacionais e assistentes técnicos, tendo em vista precisamente o reforço do pessoal não docente nas escolas e dessa forma garantir as melhores condições de apoio, acompanhamento e vigilância aos alunos. E esta é a prova que nesta, como noutras matérias, trilhamos um caminho a percorrer por todos e com todos. Nesta, como noutras matérias, partilhamos do diagnóstico e partilhamos da solução. Uma solução que foi ao encontro das expectativas das Escolas, das Famílias e das Autarquias, mas também uma solução que foi, de certo modo, ao encontro do solicitado pelos peticionários. Temos de ter em atenção a situação que herdámos e só agora começamos a inverter, depois de 4 anos de enormes sacrifícios, ninguém com boa-fé pode negar que esta é uma solução e um enorme contributo para a resolução deste problema. Por isso, estamos certos que estamos no bom caminho, com a mesma certeza que este caminho não acaba aqui, aliás exatamente na linha daquilo que os peticionários defendem. Queremos deixar uma palavra em relação aos Contratos Emprego Inserção para dizer que temos conhecimento que a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares



Assembleia Municipal de Odivelas

*está a trabalhar no sentido de converter este recurso numa solução absolutamente transitória. Como está também a acompanhar as necessidades identificadas ao nível de técnicos superiores, designadamente psicólogos, manifestando-se empenhada na renovação do que está a correr bem e melhorar ou alargar o número de técnicos noutros agrupamentos escolares, através do recurso ao Programa Operacional Capital Humano. Aqui chegados, o PSD saúda esta iniciativa dos peticionários cujas preocupações mereceram um amplo debate interno e continuam a granjear a nossa melhor atenção.*-----

**Susana Santos**, pela bancada do **PS**, apresentou uma sugestão de alteração à moção.-----

**João Curvelo**, pela bancada do **BE**, concordou com as alterações apresentadas.-----

**Susana Santos**, pela bancada do **PS**.-----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foram colocados à votação os documentos supra mencionados: -----

O documento nº 1, Voto de Congratulação sobre "**Condecoração de Nelson Évora com o Grau de Grã Cruz da Ordem do Infante D. Henrique**", foi colocado à votação tendo sido **Aprovado por Unanimidade**.-----

Pelo Membro da Assembleia Municipal, **Patrícia Barreira**, da bancada do **BE**, foi apresentada declaração de voto que seguidamente se transcreve:-----

*"Valorizamos esta condecoração de Nelson Évora, como reconhecimento de um percurso profissional e dos sucessos alcançados na sua carreira.*-----

*Não o fazemos, contudo, sem notar o critério dispar de Cavaco Silva. E aqui temos que lembrar que Nelson Évora é colocado no mesmo patamar honorífico, por exemplo, de:*-----

*- Zeinal Bava, provavelmente pelas suas capacidades de gestão e astuta memória;*-----

*- Durão Barroso, provavelmente pela defesa do interesse nacional contra os credores;*-----

*- Teixeira dos Santos, como reconhecimento da assinatura do memorando com a troika;*-----

*- E do costureiro de Maria Cavaco Silva, o qual notoriamente não tem interesse nem talento.*-----

*Assim, o Bloco de Esquerda, reafirmando a congratulação de Nelson Évora, não pode deixar de censurar esta política de atribuição de condecorações promovida por Cavaco Silva.*-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures]*

O documento nº 2, a Moção sobre “Escola Pública não tem Militares”, foi colocado à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do BE, da CDU, do PS, com os votos contra da bancada do PSD e com abstenção da bancada do CDS/PP.-----

Pelo Membro da Assembleia Municipal, **Lúcia Lemos**, da bancada da **CDU**, foi apresentada declaração de voto que seguidamente se transcreve:-----

*“Trinta e dois alunos por turno, menos professores nas escolas sem psicóloga, escolas sem assistentes operacionais e a sua função entregue aos CEI, a Escola Segura sem carros.-----  
Famílias sem emprego, sem rendimento e por isso sem pão;-----  
Esta é uma mistura explosiva que faz cair no recreio das escolas e dentro das salas de aulas violências expressas e latente. A resposta do MEC é entregar o recreio das aulas aos militares.-----  
Este é uma opção errada e a concretizar-se vai trazer nefastos frutos no futuro.-----  
Por isso votaremos favoravelmente.”-----*

O documento nº 3, a Proposta de Recomendação sobre “Revisão do Regulamento de Espaços Verdes, Parques e Jardins”, foi colocado à votação tendo sido **Rejeitado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do BE, CDU e CDS/PP, e com os votos contra das bancadas do PS e PSD. -----

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **António Monteiro, João António, José Pignatelli, José Carlos Pires e Miguel Galante**, das bancadas da **CDU, do PS, do CDS/PP e em nome individual, respetivamente**, foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem:-----

**António Monteiro**-----

*“Há precisamente um ano atrás, nesta Assembleia Municipal, a bancada da CDU, teve a oportunidade de denunciar um conjunto de situações anómalas que se registavam então no Pinhal da Paiã e que revelavam já uma desresponsabilização por parte da Câmara Municipal na gestão daquele importante espaço concelhio, desresponsabilização essa a ocorrer desde a concessão a uma empresa privada em 2011 do parque de arborismo.-----*

*Considerando que, desde então, nada foi feito no sentido da correcção dos problemas elencados em matéria de gestão daquele espaço e que outros problemas entretanto foram surgindo, considerando que a limpeza/manutenção/fiscalização do espaço se manteve deficitária, que a aplicação de normas de utilização do Pinhal da Paiã se manteve sem qualquer inscrição ou tradução no Regulamento de Espaços Verdes,*



Assembleia Municipal de Odivelas

*Parques e Jardins ou algumas delas a carecerem de uma nova abordagem ou discussão pública, nomeadamente o pagamento ad hoc de 10€ pela utilização de mesas, o horário de funcionamento em vigor, a política de reservas, as competências da empresa Adventure Park em matéria de autorizações, a entrada, circulação e estacionamento de viaturas, entendemos que seria indispensável – porque efectivamente compete à Câmara Municipal de Odivelas zelar pela preservação e conservação daquele espaço – propor-se, entre outras acções, a realização de uma nova revisão do Regulamento de Espaços Verdes e Parques, que enquadrasse convenientemente a utilização pelos munícipes e utentes e a defesa das espécies do Pinhal da Paiã, daí a proposta que apresentámos e o sentido de voto pelo qual optámos.”-----*

**João António**-----

*“A bancada do Partido Socialista votou contra esta proposta por considerar que os considerandos são pouco assertivos e embora reconheça que tenham que haver regras, e que estas são importantes para o bom funcionamento do equipamento, estas propostas de concretização da recomendação são tão vagas e generalistas como uma miss mundo dizer que “ quer a paz no mundo e erradicar a fome”.-----*

**José Pignatelli**-----

*“Esta proposta acontece e bem. Surge após uma missiva que todos recebemos de um munícipe sobre o pinhal da Paiã, documentada com imagens, que no mínimo nos devem deixar preocupados, enquanto eleitos num Órgão autárquico. Trata-se de um espaço público que merece a maior atenção por se tratar de uma área natural única no concelho.-----*

*Por outro lado, assiste-se a uma actividade num espaço do pinhal da Paiã que não foi concessionado a nenhuma entidade, pelo menos que saibamos. Importaria ainda, que o Executivo camarário nos esclarecesse se as obras de alargamento de um caminho no interior daquele pinhal são ou não da responsabilidade do município. Se assim não for, qual é a entidade que promoveu os trabalhos, quem autorizou e qual é o seu objetivo.-----*

*A comunicação que recebemos alerta ainda para práticas nada condizentes com a defesa da natureza e do ambiente. Portanto, esta proposta faz todo o sentido já que é imperioso defender os recursos naturais públicos.”-----*

**José Carlos Pires**-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures]*

-----  
"Votei a favor desta proposta porque considero que ao longo dos últimos anos tem-se registado uma limpeza manutenção e fiscalização deficitária do espaço. Eu próprio num sábado, do mês passado, quando estava no Pinhal da Paiã numa festa de um Clube do nosso Concelho, onde o meu filho joga futebol, assisti ao responsável da manutenção do referido espaço, Sr. António a solicitar o valor de 10 euros por uma mesa que se encontrava junto às nossas. Esta situação criou um grande conflito tendo as pessoas ameaçado o referido funcionário que iriam chamar a Policia, tendo este devolvido a respetiva importância. Por esta e pelas outras razões apresentadas na proposta o meu voto favorável."  
-----

-----  
**Miguel Galante**-----  
-----

"A bancada do PS já veio aqui manifestar que o Pinhal da Paiã deve constituir uma prioridade na agenda política do Executivo municipal, dada a relevância deste espaço verde no contexto do nosso concelho.-----  
Também, quero expressar que conforme a CDU recomenda, concordo que a Câmara Municipal deve dispor de elementos de avaliação sobre a utilização e gestão daquele espaço verde emblemático do nosso concelho, tendo como objetivo a melhoria constante da fruição e qualidade daquele espaço público.-----  
Não obstante, votei contra esta iniciativa da CDU por considerar que a recomendação que é apresentada de incluir as regras de utilização do Pinhal da Paiã no Regulamento Municipal de Espaços Verdes, Parques e Jardins Municipais não irá conferir a operacionalidade e agilidade de aplicação que um espaço verde com as características específicas do Pinhal da Paiã necessita.-----  
Do meu ponto de vista, o Pinhal da Paiã carece de um regulamento municipal de utilização autónomo que lhe confira um enquadramento próprio e as regras de utilização específicas mais adequadas, atendendo às características próprias e valências de utilização daquele espaço verde.-----  
Disse."-----  
-----  
-----

-----  
O documento nº 4, Voto de Protesto sobre "Encerramento do Instituto de Odivelas: um duro Golpe para os Odivelenses", foi colocado à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas da CDU, PS, PSD e CDS/PP e com os voto contra da bancada do BE.-----  
-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures]*

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **Nuno Gaudêncio, Patrícia Barreira e Luis Salmonete**, das bancadas do **PS, do BE e do PSD**, respetivamente, foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem:-----

**Nuno Gaudêncio**-----

*"O encerramento do Instituto de Odivelas constitui mais um exemplo de aplicação de uma austeridade cega e sem limites, que tanto prejuízo tem causado aos país e que urge pôr termo. Fica para história deste governo o encerramento do nosso Instituto e da sua história, ignorando a sua identidade do Concelho.-----  
É uma grande perda que Odivelas não pode esquecer.-----  
Saliente-se que o Ministro da Defesa Nacional, fez o despacho para o encerramento do IO e nunca se dignou a visitar, ou a ouvir a CMO, JFO, encarregados de educação e Antigas Alunas.-----  
Por estes motivos, o PS apresentou este voto de protesto e votou favoravelmente ao mesmo."-----*

**Patrícia Barreira**-----

*"A escola pública tem carência de profissionais qualificados para trabalhar com os alunos, sejam auxiliares, professores ou psicólogos. Esses mesmos profissionais têm visto as suas condições de trabalho serem degradadas por políticas do Ministério da Educação. Muitos dos acontecimentos classificados como violência escolar devem-se precisamente à falta desses profissionais, o que não permite um acompanhamento adequado dos alunos nos recreios e tem levado ao aumento do número de alunos por turma, por exemplo; O programa Escola Segura criado em parceria com a PSP existe especificamente para as escolas no qual as forças de segurança são chamadas a intervir no interior da escola apenas em casos extremos de necessidade. Ou outros projectos como o do policiamento de proximidade que se centram exclusivamente na prevenção não agindo como uma força imposta e declarada. Uma escola não é um cenário de guerra. É fundamental inverter o processo: condenar veementemente a solução aprovada pelo Conselho de Ministros de colocar militares a fazer vigilância em recintos escolares e exigir ao Governo que revogue as alterações aprovadas, mantendo a responsabilidade de vigilância e acompanhamento do espaço escolar debaixo da responsabilidade de profissionais habilitados para o efeito, como são os professores e auxiliares e apelar para que capacite as escolas de profissionais em quantidade adequada, com formação necessária e com as condições de trabalho devidas a qualquer trabalhador; Ao misturar funções de defesa nacional com segurança pública esta medida está a criar à partida uma conflitualidade: coloca agentes com uma preparação profissional feita em quartéis, a resolver conflitos em escolas. Esta medida só vem criar uma*



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures and initials]*

*guetização, agrava a distinção de territórios e fragilizar ainda mais as zonas problemáticas, atirando-as para um interminável ciclo de pobreza. O combate ao bullying não precisa de militares. Precisa, isso sim, de profissionais qualificados: reforço dos professores, auxiliares, assistentes sociais, sociólogos, psicólogos. Uma escola que o autoritarismo é a norma é incompatível com uma escola democrática. É por isso que esta proposta deve ser derrotada."*-----

**Luis Salmonete**-----

*"Votámos favoravelmente este ponto a exemplo do que já fizemos anteriormente e porque o PS retirou, por nossa sugestão o 6º parágrafo.-----*

*No entanto esta é mais uma das moções que vamos guardar para verificar se o PS quando e se ganhar as próximas eleições (esperemos que não) irá repor a situação anterior, ou seja, se o Instituto de Odivelas voltará a ter as suas alunas conforme todos desejamos.-----*

*Não falta assim tanto para as eleições e por isso esta moção nos "cheira" a eleitoralismo."*-----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao Sr Vice Presidente da Câmara Municipal, para apresentação dos esclarecimentos tidos por convenientes, que seguidamente se transcrevem:-----

*"Os requisitos do regulamento estão a ser cumpridos, apenas foi verificada uma questão "desconforme" omissa no regulamento à época, decorrente do facto de após a morte do titular de uma horta os 2 filhos terem passado a cuidar da mesma. O Sr. Vice-Presidente informou que se irá realizar nos Passos do Concelho uma reunião com todos os hortelãos e que será efetuado e apresentado posteriormente à Assembleia Municipal um relatório sobre esta questão. -----*

*Relativamente à questão colocada sobre a Quinta do Barruncho, o Sr. Vice-Presidente, solicitou que o documento chegasse por escrito, para poder responder à mesma."*-----

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

**Luis Salmonete**, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures]*

*"Queremos realçar o aumento que as corporações de bombeiros do país vão receber por parte do Governo, para assim ajudar ao seu reequilíbrio financeiro.-----*

*Destacam-se a aplicação da lei de financiamento das associações humanitárias detentoras de corpos de bombeiros que vai, não só clarificar as regras de atribuição de dinheiro aos bombeiros portugueses, como aumentar aquela que é a contribuição anual para todas as corporações do país.-----*

*O trabalho dos bombeiros é inexcedível e tem que ser valorizado e apoiado. -----*

*Esta é uma medida de inteira justiça.-----*

*Estamos confiantes na preparação atempada para a época de fogos, estando certo de que os bombeiros se encontram preparados para acorrer às situações de emergência que eventualmente possam existir."-----*

**João Curvelo**, pela bancada do **BE**, apresentou um ponto de ordem relativamente ao pedido de esclarecimento feito ao executivo sobre a falta de resposta aos requerimentos. -----

**Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**, apresentou uma intervenção que seguidamente se transcreve:--

*"A propósito de uma notícia publicada a 28 maio num órgão de comunicação social cá da terra, com o título "Moradores enganados, desiludidos e revoltados", também pelo Edital nº 34/PRES/2015, cumpre-me esclarecer o seguinte:-----*

*Este assunto já foi debatido várias vezes nesta Assembleia, trazido pelo então Presidente da Junta de freguesia de Caneças, foi verificado, no local, por membros desta Assembleia Municipal, em mandatos anteriores, num dos quais se incluía a Senhora Presidente.-----*

*Esta situação faz parte do roteiro de visitas organizadas, nomeadamente, com membros eleitos nos órgãos do Poder Local, ou mesmo, por grupos de cidadãos.-----*

*Deste que o projeto foi aprovado e tornado público que tendo levantado sérias preocupações, ao ponto de um alto funcionário da CM, titular de cargo dirigente, me ter respondido: mas você agora também é técnico?-----*

*Naturalmente que não sou técnico, mas tenho olhos para ver e porque conheço bem o local, não estranho que uma pequena enxurrada ajude a encher a piscina de uma das residências desta urbanização que se encontra quase ao nível da linha de água.-----*

*Em determinado momento, após muita insistência o urbanizador tentou, com uma leve intervenção, fazer passar os arranjos exteriores para levantar a caução bancária.-----*

*Ainda lhe chegou a ser dado um prazo para concluir algumas obras que estavam com pior aspeto, mas nem assim!-----*

*Importa lembrar que o alvará desta urbanização, ao que consta, passou com muitas irregularidades, mas aqui parece não ter havido o zelo que é usado em muitos outros casos. Foi solicitado à CM a utilização da caução*



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures]*

*existente, mas parece que só seria possível com intervenção do Tribunal, foi isso que me disseram em determinado momento. Bom, mas a verdadeira história começa agora em receção do ofício da CM, dirigido aos condóminos, intimando-os a proceder à limpeza do espaço urbanizado e de que é proprietária a própria CM. !-----*

*Será que agora para resolver um problema da responsabilidade do Município, são responsabilizados aqueles que foram, de algum a forma, enganados, por terem adquirido uma fração numa urbanização aprovada pela CM, da qual possuem licença de habitação? Será que são estes proprietários os responsáveis pelos erros dos técnicos municipais? !-----*

*Senhora Presidente da CM, !-----*

*É devida e urgente a reparação dos danos destas pessoas! É devida e urgente a reposição dos espaços exteriores desta urbanização! É devida e urgente a utilização da caução bancária para reparar ou acabar o que competia ao urbanizador. Mas é ainda mais urgente, acabar com esta escandaleira, acabar com a imundice, a falta de higiene, o afastamento de muita bicharada que no local convive com os residentes, invadindo-lhes o seu espaço, causando, em certos casos, graves perigos. Isto não é o concelho das "novas oportunidades"! Isto é mais falta de responsabilidade de quem gere e decide sobre estas situações e se recusa a ouvir aqueles que melhor conhecem o território! !-----*

*Antes de terminar, permitam-me ainda que considere a carta dos moradores daquele condomínio, publicada num órgão de comunicação regional, branda e muito humilde, para quem tem carradas de razão.-----*

*Este assunto é revoltante, pelo tempo em que permanece por resolver e pela forma como têm vindo a ser tratados aqueles residentes. !-----*

*É urgente que se tomem as medidas corretas e necessárias para que se faça justiça a quem investiu numa urbanização, com as garantias dadas pela CM de Odivelas." !-----*

**Pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao **Sr Vice Presidente da Câmara Municipal**, para apresentação dos esclarecimentos tidos por convenientes, que seguidamente se transcrevem: -----

*"Afirmou não conhecer o processo e por esse motivo não poder emitir qualquer opinião sobre o mesmo, agradeceu que fosse entregue o respetivo documento para o encaminhar a quem de direito, para resposta às questões colocadas."-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

Pelo Sr Vice Presidente da Câmara Municipal, foi solicitado ao Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** que fosse concedido o uso da palavra ao **Sr Vereador Paulo Cesar Teixeira**, para prestar esclarecimentos complementares, tendo sido concedida, cujos mesmos se transcrevem:-----

-----  
*"Relativamente à Urbanização em Caneças, alvará que estava na base do licenciamento da empresa para a prática daquela atividade era falso, foi comunicado às entidades competentes e gerou outro tipo de processo em tribunal."-----*

*A Urbanização foi concluída sobretudo a sua parte de construção, os arranjos exteriores tinha um ajardinamento feito, o que aconteceu foi que a Câmara Municipal não recebeu as obras por não estarem em condições, os imóveis foram vendidos e houve uma acumulação de matos, para os técnicos municipais em determinado momento notificaram, havendo uma falha dos serviços, porque notificaram o condomínio, erradamente notificaram o condomínio para a limpeza, entretanto está a decorrer entre as obras municipais e o departamento de urbanismo porque temos de executar a garantia, vamos repor o espaço, neste momento o que está em equação é a limpeza do espaço pela Câmara Municipal esmo não estando recebido tem um problema de bichos, infestantes, etc. com o departamento de obras estamos a tentar resolver o problema definitivamente, e equacionamos uma solução futura, para o condomínio futuramente tomar conta do espaço. É um caso anormal, existiram falhas, mas estamos a tentar resolver mais depressa possível."-----*

-----  
Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao Sr **Vice Presidente da Câmara Municipal**, para apresentação dos esclarecimentos tidos por convenientes, que seguidamente se transcrevem:-----

-----  
*"Quanto à questão colocada sobre se foi considerado o Projeto Voltas II nas GOP's para 2015, o Sr. Vice-Presidente afirmou, "assim tem sido, estamos a encerrar o 1º semestre com uma fase de discussão com a rodoviária de Lisboa, com a Junta de Freguesia da Póvoa de Sto. Adrião, com o departamento de educação, pela putativa utilizando o Voltas II por muitos alunos para a Escola Carlos Paredes e Pedro Alexandrino." Também está a ser ponderada a sua utilização por parte dos utilizadores do Centro de Saúde. Neste sentido, informou que será apresentada uma proposta final ao Centro de saúde e à Junta de Freguesia com o respetivo horário e percurso e que está previsto iniciar-se este processo a partir de 1 de Setembro."-----*

-----  
Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

-----  
Presidente da União de Freguesias Ramada/Caneças, **Ilídio Ferreira**, pela bancada da **CDU**, apresentou um pedido esclarecimento.-----



Assembleia Municipal de Odiveelas

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

-----  
**João Curvelo**, pela bancada do **BE**, apresentou um pedido de esclarecimento sobre ausência de respostas aos requerimentos.-----

-----  
O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início ao **PERIODO DA ORDEM DO DIA**.-----

-----  
**O Sr Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário passar-se de imediato ao PONTO 3, tendo sido Aprovado por Unanimidade.-----

-----  
**Registou-se a saída do Membro da Assembleia Municipal João Curvelo**.-----

-----  
**PONTO 3 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ACIONAMENTO DE RESERVA DE RECRUTAMENTO, COM VISTA À CONTRATAÇÃO DE 5 ASSISTENTES OPERACIONAIS, CONSTITUÍDA EM RESULTADO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, PARA OCUPAÇÃO DE 19 POSTOS DE TRABALHO NA CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL, PARA A DIVISÃO DE EDUCAÇÃO** -----

-----  
Presente para deliberação, o Pedido de Autorização para Acionamento de Reserva de Recrutamento, com vista à Contratação de 5 Assistentes Operacionais, Constituída em Resultado do Procedimento Concursal Comum, para Ocupação de 19 Postos de Trabalho na Categoria de Assistente Operacional, para a Divisão de Educação, de acordo com a informação nº Interno/2015/5609, de 2015.05.19, remetida pela Senhora Presidente da Câmara, a esta Assembleia Municipal, aprovada na 11ª Reunião Ordinária de 2015, da Câmara Municipal, de 2015-06-03, que se encontra arquivado na pasta da presente reunião pelo que se dá como reproduzido.-----

-----  
**O Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Sr Vice Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto. -----

-----  
No âmbito do presente ponto usou da palavra o seguinte Membro da Assembleia Municipal: -----

-----  
**Luis Salmonete**, pela bancada do **PSD**, manifestou concordância com o documento, tendo questionado o executivo sobre o aumento do rácio dos alunos. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Pelo **Sr Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao Sr Vice Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos que tiver por convenientes, que seguidamente se transcrevem:-----

-----  
*"Informou que o impacto da medida que foi implementada pelo governo foi de 1 assistente operacional no nosso concelho."*-----  
-----

O **Sr Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Unanimidade**.  
-----

-----  
Registou-se a saída do Membro da Assembleia Municipal José Pignatelli.-----  
-----

-----  
Registou-se a entrada do Membro da Assembleia Municipal João Curvelo.-----  
-----

-----  
Registou-se a saída do Membro da Assembleia Municipal Isabel Coelho.-----  
-----

**PONTO 1 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E SEU REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS---**  
-----

-----  
Presente para deliberação, Proposta de Alteração ao Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais e seu Regulamento de Liquidação e Cobrança do Município de Odivelas, de acordo com a informação nº Interno/2015/2640, de 05.03.2015, remetida pela Senhora Presidente da Câmara, a esta Assembleia Municipal, aprovada na 6ª Reunião Ordinária de 2015, da Câmara Municipal, de 2015-03-30, que se encontra arquivado na pasta da presente reunião pelo que se dá como reproduzido.-----  
-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Sr Vice Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto. -----  
-----

-----  
No âmbito do presente ponto usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----  
-----

**Fernando Painho**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto.-----  
-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures and initials]*

-----  
**Luis Salmonete**, pela bancada do **PSD**, fez referência ao facto da bancada da CDU ter votado favoravelmente o Regulamento em sede de Comissão Especializada de Assuntos Económicos e Financeiros.  
-----

-----  
**Tânia Beleza**, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto.-----  
**Joaquim Campos**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto, em nome individual.-----  
-----

-----  
**Luis Salmonete**, pela bancada do **PSD**, fez referência à votação por unanimidade em sede de comissão.-----  
-----

-----  
**Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**, referiu-se ao facto do posição da bancada da CDU ser sempre a mesma em relação a esta matéria.-----  
-----

-----  
**Lúcia Lemos**, pela bancada da **CDU**, fez referência aos valores previstos no Regulamento os quais não se encontra isenção ou redução da mesma.-----  
-----  
Questionou ainda o executivo sobre os processos de execução para cobranças de taxas designadamente na área da urbanização e AUGIS.-----  
-----

-----  
**Pedro Martins**, pela bancada do **PSD**, entende que a discussão feita demonstra a desvalorização do trabalho desenvolvido pela comissão.-----  
-----

-----  
**Lúcia Lemos**, pela bancada da **CDU**, fez um pedido de esclarecimento sobre a vinculação a um parecer que não votou na comissão.-----  
-----

-----  
**Pedro Martins**, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----  
-----

*"Relativamente ao ponto em análise, queria referir que a postura aqui revelada por alguns deputados municipais sob a forma como desenvolvem as suas funções nas comissões criadas no seio da assembleia municipal em nada dignifica a classe política, os próprios deputados municipais e esta assembleia municipal.- Dentro da esfera de liberdade de cada deputado a não convergência de sentidos de voto em sede de comissão e em sede de assembleia municipal, revela que há deputados que encaram as comissões como fóruns de su menos importância, onde o que é dito, o que discutido e deliberado (sendo ou não obrigatório) o é feito de forma leviana. Em relação ao ponto em apreço nada mais tenho a referir para lá do referido pelo meu companheiro Luis Salmonete, mas não ficaria bem comigo próprio se não deixasse aqui este meu reparo. Obrigado."*-----  
-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Presidente da União de Freguesias Ramada/Caneças, **Ilídio Ferreira**, pela bancada da **CDU**, referiu que há liberdade de voto dentro do partido, e que a Assembleia é que é soberana e não a Comissão.-----

**Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção em defesa da honra.-----

**João Curvelo**, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto.----

Pelo **Sr Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Sr Vice Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos que tiver por convenientes, que seguidamente se transcrevem:-----

*"Relativamente aos artigos 39º e 40º, os mesmos não sofreram alterações e que relativamente à anterior tabela de taxas, os valores que estavam em prática mantêm-se, deixando claro que as tabelas de preços da Municpália e das Piscinas Municipais foram integradas textualmente na tabela atual. Terminou afirmando que o que estará errado é o recibo agradecendo o "alerta que é positivo e bem recebido".-----*

Pelo **Sr Vice Presidente da Câmara Municipal**, foi solicitado ao **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** que fosse concedido o uso da palavra ao **Sr Vereador Paulo Cesar Teixeira**, para prestar esclarecimentos complementares, tendo sido concedida, cujos mesmos seguidamente se transcrevem:-----

*"No seguimento a uma interpelação sobre as taxas ou financiamento das obras da vertente sul nas obras de urbanização e nas taxas, nesse enquadramento, estes bairros não estão previstas nenhum caracter de exceção relativamente às outras Augi's mas continuaríamos a aplicar aquilo que é tradicionalmente aplicado nos outros bairros, que é ao abrigo dos programas de apoio da Câmara Municipal.-----*

*Relativamente ao pagamento de taxas a Câmara Municipal está a proceder às execuções. A Câmara Municipal em momento nenhum, não vai cobrar taxas prescritas. Estamos a falar sim, de taxas que ao abrigo de alvarás que foram emitidos que entretanto não foram prescritas, e que entendemos que antes de prescrever que levaria a uma grande injustiça social, decidimos levar os processos para execução.----- Neste momento temos cerca de 300 execuções em curso é um esforço muito significativo para os serviços, temos 150 mil euros pagos e 120 mil euros em prestações em pagamento, em curso."-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

Pelo **Sr Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Sr Vice Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos que tiver por convenientes, que seguidamente se transcrevem:-----

-----  
*“Prestou um esclarecimento adicional sobre as isenções nas visitas ao Mosteiro de Odivelas, afirmando que “nas disposições gerais no artigo 2º, n.º 3, sem prejuízo de quaisquer outras isenções estabelecidas na lei, gozam de isenção mediante requerimento devidamente fundamentado do pagamento das taxas previstas no presente regulamento, as cooperativas suas uniões, federações confederações, associações de bombeiros, coletividades desportivas, culturais e recreativas e outra instituições com carácter de solidariedade social ou outras pessoas coletivas equiparadas, que prosseguem fins não lucrativos desde constituídos registados funcionando nos termos do ordenamento jurídico.”-----*  
-----

-----  
O **Sr Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do PS e PSD, com os votos contra das bancadas da CDU, com abstenção da bancada do BE.-----  
-----

-----  
Foram apresentadas **declarações de voto** pelos Membros da Assembleia Municipal, **Fernando Painho, Tânia Beleza e Joaquim Campos**, pelas bancadas da **CDU, do PS, em nome individual**, respetivamente, que seguidamente se transcrevem:-----  
-----

**Fernando Painho** -----  
-----

*“A análise do Regulamento Municipal de Taxas e outras Receitas mostra-nos um documento complexo e detalhado. Saliente-se o enquadramento legal deste documento e a necessidade de o integrar.-----  
Sublinhe-se ainda o seu carácter pormenorizado e exaustivo. Para alguns isto é sinónimo de rigor, equilíbrio e de justiça na sua aplicação. Olhemos contudo para o contexto mais global que impele os municípios à redação deste tipo de documentos com centenas de artigos que aparentemente justificam e racionalizam todos os atos, como se de uma “ordem divina” se tratasse. No contexto sócio/político presente importa compreender que a complexidade não significa transparência nem contém necessariamente no seu seio atributos de justiça social. A complexidade processual, legal e reguladora tem sido uma arma nas mãos da direita mais retrógrada. Essa complexidade que esconde os seus verdadeiros desígnios políticos, não conduziu à redução das desigualdades e pelo contrário foi um instrumento para alargar o fosso que separa ricos e pobres. Diríamos que cada vez mais, nós eleitos locais, podemos regulamentar à vontade, desde que dentro de parâmetros definidos pelo poderes centrais dominantes, parâmetros esses que, de tão detalhados*



Assembleia Municipal de Odivelas

vão de facto ocupando o espaço de liberdade e autonomia que ao Poder Local competia. Tudo isto se passa num contexto de cerco ao Poder Local contexto esse que não podemos esquecer. Qual é então o atual rumo? O que o caracteriza? Retiram-se meios ao Poder Local e distribuem-se-lhe redobradas responsabilidades devidamente regulamentadas superiormente. Eis o rumo atual em traço geral! Assim se vai "armadilhando" o Poder Local e de caminho o próprio regime democrático. O regulamento que apreciamos é um pouco o espelho do que anteriormente foi referido. Por um lado traduz o ímpeto para ir buscar receitas a quase tudo de modo a colmatar falhas crescentes de meios financeiros ditadas pelo cerco em marcha ao Poder Local. Por outro, é o reflexo da falsa e perigosa ideia de que indo ao detalhe, ao mais ínfimo pormenor, tudo fica socialmente mais justo e equilibrado. Ora isto pode ser uma falácia!-----

Basta voltarmos a olhar para o art.º 57 para recordarmos a vergonhosa cobrança aos consumidores finais de taxas (TMDP, TOS) que deviam ser pagas por grupos económicos. Basta recordar como tudo isso é obra de uma alteração legislativa concedida por um Conselho de Ministros, para percebermos como é grande o arsenal de subversão que esses grupos utilizam na sua permanente tentativa de capturar o poder político.-----

Há cerca de um ano aprovámos aqui por unanimidade uma moção a solicitar aos grupos parlamentares a alteração desta situação. Que aconteceu de então até agora? Apenas o PCP apresentou na AR um projeto-lei que ainda não desceu a Plenário, no sentido de serem proibidas as referidas cobranças aos consumidores finais.-----

Mas olhemos mais em pormenor para o regulamento em apreciação. Nalguns art.ºs verificam-se aumentos. Veja-se o art.º 37 onde no seu ponto 7 se acrescenta uma nova taxa de 5€.-----

Veja-se o art.º 54 onde se paga pelo pedido e depois pela ocupação do espaço público. Só pelo pedido são 50€. Não será que se está a pagar duas vezes a mesma coisa? Depois temos a introdução de taxas pela utilização do Centro de Exposições e pela utilização da Biblioteca Municipal. Temos ainda a repercussão no regulamento das internalizações de serviços provenientes da extinção da Municipália.-----

Enfim... podemos esperar que a maioria que governa este Município dará sem grande engulho o seu aval a este regulamento. Não será essa a nossa posição até porque estamos convictos que o documento em apreciação pode parecer inócuo mas de facto não o é. Há caminhos alternativos que não este de sobrecarregar de taxas e impostos os mesmos de sempre. Não podemos deixar de referir a intenção da maioria PS/PSD de lançar uma nova taxa relacionada com os serviços de Proteção Civil. Sublinhe-se que à última hora a mesma foi retirada deste regulamento. Os motivos que levaram a esta retirada parecem óbvios."

Tânia Beleza-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*"No âmbito da proposta de Alteração ao regulamento de taxas e outras receitas municipais e seu regulamento de liquidação e cobrança do Município de Odivelas, há a referir que se tratam de pequenas alterações, algumas das quais decorrentes da internalização da Municipalia, ou seja, reportam-se à integração de preços praticados pelos serviços e atividades desenvolvidas, no complexo das Piscinas Municipais, no Pavilhão Multiusos e no Centro Cultural Malaposta, tais como:-----*

*- Isenções e reduções de valores devidos pela utilização do complexo das piscinas – no âmbito do programa "Clube do Movimento" – desporto sénior.-----*

*-- Isenções e reduções nas visitas guiadas a estudantes, desempregados, professores e portadores de cartões municipais;-----*

*- Ajustes aos valores devidos por equipamento e acessórios e outros produtos à venda quer de âmbito desportivo ou cultural – vertente do Turismo.-----*

*-Assim, em virtude das alterações propostas, bem como do parecer emitido pela Comissão de Assuntos Económicos e Financeiros, a atenção e cuidado prestados na elaboração do presente regulamento, atendendo a que este executivo procura lutar contra a situação de opressão financeira (diga-se que prolongadamente reforçada por este governo) e aos escassos recursos das famílias, a Bancada do Partido Socialista nesta Assembleia vota favoravelmente o documento e as alterações propostas."-----*

**Joaquim Campos**-----

*Na anterior Tabela de Preços da Municipalia, aprovada pelo executivo para o ano letivo de 2014/2015, todos os valores, incluíam o IVA calculado a taxa legal em vigor. por exemplo: -----*

*- Nas Piscinas Municipais, na rubrica Grupos de IPSS, por cada utente, a frequentar, a cobrança mensal era de 14,50 € (Incluído o IVA á taxa legal em vigor). Porque razão, após a extinção da Municipalia, (sendo sido transferidos os serviços para gestão direta da Câmara Municipal), se fatura aos Utentes, o mesmo valor de 14,50 €, quando deixou de se referenciar que o IVA estava incluído á taxa legal em vigor, e se referencia agora nas faturas municipais que estão isentos de IVA ao abrigo do artº 9º do referido Código? Qual a legalidade deste procedimento, estamos perante uma situação legal ou não?-----*

*Perante tal questão a Srª Presidente de Câmara, referiu que era perfeitamente legal, e acrescentou que iria proceder a um esclarecimento por escrito à minha pessoa, enquanto deputado municipal bem como aos utentes dos equipamentos"-----*

*Porque até á data de hoje, dia 18 de Junho de 2015, e quando se está a aprovar propostas de alteração, em Assembleia Municipal, do referido Regulamento de Liquidação e Cobranças do Município de Odivelas, não me foi presente qualquer esclarecimento, por escrito à pergunta efetuada, e porque o referido documento, em aprovação agora, mantém os mesmos valores que tinha a Municipalia e as faturas presentes às Instituições, continuam à data de Junho do corrente ano, a referenciar, a Isenção do IVA ao Abrigo do artº 9º do Código,*



Assembleia Municipal de Odivelas

*não tenho outra hipótese senão manter as duvidas que suscitei anteriormente, e que volto a referir no presente, considerando desta forma não ter outra posição senão a de votar contra este documento.”-----*

**Registou-se a entrada do Membro da Assembleia Municipal Isabel Coelho.**-----

**PONTO 2 - PROPOSTA:** -----

**A) PROGRAMA DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA (AAAF) NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR - ANO LETIVO 2015/2016;** -----

**B) MINUTAS DOS ACORDOS DE COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO, BIPARTIDOS E TRIPARTIDOS, A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ODIVELAS E AS ENTIDADES PARCEIRAS DAS AAAF.** -----

Presente para deliberação, as Propostas: *A) Programa das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) na Educação Pré – Escolar – Ano Letivo 2015/2016 e B) Minutas dos Acordos de Colaboração e Cooperação, Bipartidos e Tripartidos, a Celebrar entre o Município de Odivelas e as Entidades Parceiras das AAAF, de acordo com a informação nº Interno/2015/5024, de 2015.05.07, remetida pela Senhora Presidente da Câmara, a esta Assembleia Municipal, aprovada na 10ª Reunião Ordinária de 2015, da Câmara Municipal, de 2015-05-20, que se encontra arquivada na pasta da presente reunião pelo que se dá como reproduzido.*---

O **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Sr Vice Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto. -----

No âmbito do presente ponto usou da palavra o seguinte Membro da Assembleia Municipal: -----

**Afonso Simão**, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto.--

O **Sr Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas da CDU, PS, PSD e com abstenção da bancada do BE.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Foi apresentada **declaração de voto** pelo Membro da Assembleia Municipal, **Afonso Simão**, pela bancada do **PS**, que seguidamente se transcreve:-----

*"A efectiva implementação do ensino pré-escolar no sistema educacional português, é um verdadeiro marco histórico e prova de evolução na sociedade portuguesa que temos de enaltecer, apoiar e acompanhar, pois que, como todos sabem, é ainda um processo em curso e cuja abrangência plena para as idades de 3, 4 e 5 anos, ainda não se verifica. Assim acontece também em Odivelas, salientando, no entanto, os enormes esforços concretizados e ambicionados pelo Executivo Municipal, que ano após ano, vai concretizando a abertura de novas salas vocacionadas para a primeira etapa da escolaridade das nossas crianças, etapa essa, tida como fundamental para a sua integração na vida escolar, favorecendo a sua formação e desenvolvimento equilibrado, como ser autónomo, livre, mas solidário.-----*

*As actividades de animação e de apoio à família (AAAF) na educação pré-escolar da rede pública, antes e depois do período diário das actividades educativas e durante a interrupção dessas mesmas actividades, asseguram, por um lado, a ocupação das crianças com claros benefícios para o desenvolvimento do seu intelecto e, por outro, asseguram um horário adequado às necessidades das famílias.-----*

*A implementação nos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do concelho de Odivelas, as condições de acesso, funcionamento e comparticipação financeira destas actividades, decorre das Normas de Funcionamento das Actividades de Animação e de Apoio à Família na Educação Pré-escolar, constantes no Plano de Acção Social e Transportes Escolares, aprovado por unanimidade na 1ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Educação, realizada a 3 de Junho de 2014 e na 12ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 18 de Junho de 2014.-----*

*No decorrer do ano lectivo de 2014/2015, as AAAF encontram-se a funcionar em 100% dos 26 estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do nosso Concelho, sendo que 64% das crianças a frequentar os referidos estabelecimentos, se inscreveram nestas actividades, o que representa por si só, uma resposta a um número bastante alargado de famílias.-----*

*Esta resposta, tem especial significado para as crianças oriundas de famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade económica, permitindo a diminuição da exclusão social e promovendo ao mesmo tempo a igualdade de oportunidades, sendo que, da totalidade das crianças inscritas nas AAAF, 49% são consideradas carenciadas, dada a sua inserção nos escalões A e B da Acção Social Escolar.-----*

*Por fim, mas não menos importante, é também o retorno positivo que pais, professores e interveniente na acção escolar, nos deram em algumas visitas efectuadas pela Comissão da Educação, Cultura, Juventude e Desporto, apontando o bom funcionamento das parcerias estabelecidas (bipartidas ou tripartidas), no que concerne à articulação das entidades parceiras, nomeadamente, agrupamentos de escolas, associações de pais e encarregados de educação ou Instituições Particulares de Solidariedade Social.-----*



Assembleia Municipal de Odívelas

*Face ao atrás exposto, a bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Odívelas, não pode deixar de votar favoravelmente o Programa de Actividades de Animação e de Apoio à Família na Educação Pré-escolar, para o Ano Lectivo de 2015/2016, assim como, as Minutas dos Acordos de Colaboração e Cooperação, bipartidos e tripartidos, nos moldes em que foram remetidos a esta Assembleia Municipal.*-----

Dado o adiantado da hora, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou à consideração plenário retirar o ponto 4 para ser deliberado na próxima reunião, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

Nada mais havendo a tratar, o **Sr Presidente** declarou encerrada definitivamente a Sessão pelas 00h15m dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 1.º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pelo 2.º Secretário e pelo Senhor Presidente. -----

O Senhor Presidente: -----

O 1º Secretário: -----

O 2º Secretário: -----